



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI/SR/PF/RJ

Processo nº 08455.024253/2018-70

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preço, para atender à Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro, com a finalidade de contratação de serviço de instalação incluindo montagem, adequação, certificação e modernização do cabeamento estruturado para as redes de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, com fornecimento de materiais, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Órgão gerenciador:

GRUPO 1 – SEDE DA POLÍCIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO – SR/PF/RJ							
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Qtd	Req. Min.	Req. Máx.	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Global Máximo (R\$)
1	Serviço de Identificação e Certificação dos pontos , conforme categoria e normas vigentes.	UNID	3751	24	3751	48,00	180.048,00
2	Serviço de Fornecimento e Identificação dos racks com placa em aço inoxidável e dimensão não inferior a 4cm ² .	UNID	20	01	20	200,00	4.000,00
3	Serviços de Organização e Limpeza de racks existentes.	UNID	04	01	04	2.500,00	10.000,00
4	Serviço de fornecimento, substituição, Montagem e Instalação de Rack Aberto de 19", 40 US , com organizadores verticais de alta densidade e organizadores horizontais.	UNID	16	01	16	9.000,00	144.000,00
5	Serviço de substituição, fornecimento e Instalação de patch panels 24 portas Cat 6.	UNID	157	01	157	2.500,00	392.500,00
6	Serviço de fornecimento e instalação de patch cords Cat 6.	UNID	2.124	24	2.124	125,00	265.500,00
7	Serviço de fornecimento de cabo UTP cat 6 e lançamento de cabeamento horizontal, sem infra .	CAIXA	192	04	192	800,00	153.600,00

8	Serviço de fornecimento e lançamento de cabeamento backbone composto de dois cabos de fibra óptica multimodo OM3, 06 vias , sem infra.	METRO	2000	01	2000	45,00	90.000,00
9	Serviço de fornecimento e instalação de Distribuidor Óptico com capacidade para 12 FO.	UNID	17	01	17	3.000,00	51.000,00
10	Serviço de fornecimento e instalação de Distribuidor Óptico com capacidade para 24 FO.	UNID	10	01	10	23.360,00	233.600,00
11	Serviço de fornecimento de pig tails ópticos LC simplex com fibra óptica multimodo 50/125 OM3 e de fusão óptica e acondicionamento em bandejas ópticas.	UNID	408	02	408	250,00	102.000,00
12	Serviço de fornecimento e instalação de cordão óptico LC/LC com fibra multimodo 50/125 OM3.	UNID	204	02	204	150,00	30.600,00
13	Serviço de fornecimento e conectorização de pontos de redes utilizando conectores RJ45 cat 6.	UNID	1062	01	1062	500,00	531.000,00
14	Serviço implantação de Infraestrutura com o fornecimento de materiais para ponto de rede lógica.	UNID	24	01	24	5.000,00	120.000,00
15	Serviço implantação de Infraestrutura com o fornecimento de materiais para link de fibra ótica – Redundância das fibras.	UNID	26	01	26	5.000,00	130.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.437.848,00							

Entidade participante:

GRUPO 2 – SEDE DA POLÍCIA FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO – SR/PF/ES

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	SRES	CIT	SMT	QTDE TOTAL	Valor Unitário Máximo	Valor Global Máximo
16	Serviço de Identificação e Certificação dos pontos conforme categoria e normas vigentes;	UNID	240	70	300	610	149,00	90.890,00
17	Serviço de Fornecimento e Identificação dos racks , com placa em aço inoxidável e dimensão não inferior a 4cm ² .	UNID	13	1	0	14	272,00	3.808,00
18	Serviços de Organização e Limpeza de racks existentes.	UNID	13	1	0	14	6.100,00	85.400,00

19	Serviço de fornecimento, substituição, Montagem e Instalação de Rack Aberto de 19", 40 US , com organizadores verticais de alta densidade e organizadores horizontais.	UNID	1	0	1	2	9.726,30	19.452,60
20	Serviço de substituição, fornecimento e Instalação de patch panels 24 portas Cat 6.	UNID	12	3	13	28	3.325,26	93.107,28
21	Serviço de fornecimento e instalação de patch cords cat 6;	UNID	240	70	300	610	129,36	78.909,60
22	Serviço de fornecimento de cabo UTP cat 6 e lançamento de cabeamento horizontal, sem infra.	CAIXA	240	70	300	610	849,26	518.048,60
23	Serviço de fornecimento e lançamento de cabeamento backbone composto de dois cabos de fibra óptica multimodo OM3, 06 vias , sem infra.	METRO	14	2	2	18	12.359,22	222.465,96
24	Serviço de fornecimento e instalação de Distribuidor Óptico com capacidade para 12 FO.	UNID	2	0	0	2	3.050,12	6.100,24
25	Serviço de fornecimento de pig tails ópticos LC simplex com fibra óptica multimodo 50/125 OM3 e de fusão óptica e acondicionamento em bandejas ópticas.	UNID	28	4	4	36	1.542,36	55.524,96
26	Serviço de fornecimento e instalação de cordão óptico LC/LC duplex para fibra multimodo 50/125 OM3.	UNID	14	2	2	18	1.859,22	33.465,96
27	Serviço implantação de Infraestrutura com o fornecimento de materiais para ponto de rede lógica.	UNID	7	1	2	10	29.320,44	293.204,40
28	Serviço implantação de Infraestrutura com o fornecimento de materiais para link de fibra ótica – Redundância das fibras.	UNID	7	1	2	10	17.412,00	174.120,00
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 1.674.497,60

Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, devido ao seu enquadramento nas exceções previstas no art. 49, incisos II, III e IV do referido dispositivo legal.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço de fornecimento, de material, adequação, montagem, instalação e certificação do cabeamento estruturado visando modernização do cabeamento estruturado para as redes de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação das Superintendências da Polícia Federal dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço

1.5. O contrato terá vigência pelo período de 08 (oito) meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Nos últimos anos ocorreram inúmeras transformações na Polícia Federal nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, sobretudo no aspecto estrutural de sistemas informatizados. A implementação de novos sistemas e aplicações passou a fazer parte da rotina diária dos clientes internos e externos da Instituição.

2.2. Processos administrativos e sistemas eletrônicos como SEI, SISCART, SIGEPOL, E-POL, E-LOG, dentre muitos outros, são apenas alguns exemplos de ferramentas implementadas. Tais inovações fizeram com que, ao longo dos anos, fossem necessários importantes investimentos na área de TIC, com a aquisição de componentes - hardwares e softwares - imprescindíveis, exigindo que a estrutura hoje existente seja readequada e redimensionada, de acordo com as normas vigentes de infraestrutura de redes (ISO/IEC 11801-1:2017, TIA/EIA 568C, 569B, 606A, 607 e a NBR 14565:2013).

2.3. Considere-se que, hoje, mais de 30% (trinta por cento) da infraestrutura de rede passiva da sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro (SR/PF/RJ) e da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo (SR/PF/ES), está em condições inadequadas, com instalações precárias e sem sofrer investimentos há muitos anos, restando materiais deteriorados pelo tempo, com especificações técnicas e estado de conservação abaixo do que é tecnicamente recomendado pelas normas vigentes de cabeamento estruturado. Há de se enfatizar que o cabeamento original de ambas as Superintendências possuem mais de 8 (oito) anos e, ao longo deste período, ocorreu aumento significativo no número de usuários da rede e de equipamentos instalados, superando em muito as expectativas. Além disso, o leiaute de muitas salas também foi alterado, provocando rearranjos paliativos na estrutura de cabeamento. Aliado a essas situações, a tecnologia avançou bastante, apontando novas soluções e necessidades.

2.4. Importante enfatizar que, durante esses 8 (oito) anos, as “ações emergenciais” feitas sob supervisão do ST/NTI (Setor de Tecnologia da Informação/Núcleo de Tecnologia da Informação) significaram, em muitas das vezes, apenas soluções paliativas e “temporárias” nos diversos setores onde se fizeram necessárias. A técnica muitas vezes se fez superada pela praticidade. Tal situação indesejável também corrobora com a necessidade da intervenção que se deseja contratar e com a necessidade de ampliação de pontos das redes de voz e dados.

2.5. Diante de todo o exposto, conclui-se que o quadro atual, portanto, é preocupante, visto que o cabeamento de dados da SR/PF/RJ E está defasado, danificado, alterado e não atende as boas práticas e normas técnicas. As medidas antes tomadas de forma paliativa e emergenciais tornaram-se “definitivas”, havendo a necessidade urgente de serem reestruturadas sob pena de causarem no ambiente de TI da Polícia Federal falhas de segurança de consequências imprevisíveis, afetando a confidencialidade, disponibilidade, integridade, confiabilidade dos serviços de TIC para os ambientes envolvidos.

2.6. O presente documento foi elaborado em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e com os princípios contidos nos instrumentos legais vigentes referentes às contratações no âmbito da Administração Pública Federal, notadamente, a Instrução Normativa nº 04, de 11 de setembro de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.7. O detalhamento técnico referente à presente demanda encontra-se pormenorizado em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3 - INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

3.1. O presente termo visa a contratação de empresa especializada na instalação, montagem, adequação e modernização do cabeamento estruturado para as redes de voz e dados de equipamentos de TIC, devendo atender as Superintendências Regionais da Polícia Federal no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, com fornecimento de materiais, nas condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas;

3.2. Os serviços serão prestados no Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo, conforme os endereços e horários descritos no item 4.3;

3.3. Todos os materiais fornecidos pela Contratada, que serão empregados nos serviços, deverão possuir garantia de 25 anos, conforme estabelecido pelos principais fabricantes do mercado nacional;

3.4. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou em desacordo com as normas vigentes de cabeamento estruturado; com garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento dos serviços, conforme artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

3.5. Os serviços deverão ser executados conforme cronograma previamente aprovado, conforme item 11 do presente Termo de Referência;

3.6. Por ser tratar de local com acesso restrito (órgão policial), os prestadores de serviços da contratada deverão ser previamente cadastrados pela Contratante a fim de que possam ter acesso às áreas onde realizarão as suas tarefas.

ESTIMATIVA DE PONTOS PARA O GRUPO 1		
Edifício/Unidade	Área Interna Aproximada (m ²)	Nº de Pontos Lógicos
SRRJ	22.920	2.772 Dados/Voz

ESTIMATIVA DE PONTOS PARA O GRUPO 2		
Edifício/Unidade	Área Interna Aproximada(m ²)	Nº de Pontos Lógicos
SR/ES	10.810	240 Dados/Voz
DPF/CIT/ES	722	70 Dados/Voz
DPF/SMT/ES	790	300 Dados/Voz

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

4.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a Modernização e padronização (Retrofit) da infraestrutura de cabeamento estruturado da Superintendência da Polícia Federal da cidade do Rio de Janeiro, conforme descrição abaixo:

ITEM 1 – CERTIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE PONTOS DE REDE EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES

- Este serviço é sob demanda, podendo o executado ser em quantidade inferior ao estimado;
- A contratada deverá executar a certificação de todos os pontos objetos deste certame, não sendo admitida certificação por amostragem, e apresentar relatório para análise;
- A CONTRATADA faz jus ao recebimento de valor por ponto CERTIFICADO e IDENTIFICADO. Ou seja, receberá por ponto de rede útil;
- O ponto de rede que não passar na certificação deverá ser corrigido até que o mesmo possa ser certificado, dentro dos padrões estabelecidos pelas normas vigentes. Em caso de reprovação do ponto de rede em razão de falha no cabeamento pré-existente, sendo necessária a passagem de novo cabeamento, a contratada fará jus ao recebimento deste serviço, conforme especificado no item 7 do presente TR;
- Deverão ser feitos testes nos pontos instalados e o relatório de resultados desses testes devem conter planilhas, identificações e gráficos dos testes efetuados em todo o cabeamento UTP, tomada por tomada. Essas planilhas deverão conter os resultados de todos os testes abaixo indicados, bem como a comparação com os limites de norma, incluindo os gráficos comparativos dos resultados obtidos, ponto por ponto, e os limites gráficos de norma;
- Os testes deverão ser realizados com a utilização de equipamentos Penta Scanner, do tipo Fluke DTX ou similar. O procedimento de certificação deverá ser feito com instrumento adequado para esse fim. O equipamento utilizado deverá estar com atestado de aferição emitido pelo fabricante e dentro do prazo de validade no momento em que forem feitas as certificações dos pontos;
- A emissão de relatório de certificação será de duas formas: impresso e em arquivo

- digital, no formato padrão PDF ou similar;
- h. A CONTRATADA deverá apresentar, previamente para a fiscalização, relatório impresso de pelo menos um ponto lógico, para que esta confira os parâmetros calibrados no aparelho e autorize a certificação dos pontos lógicos restantes;

ITEM 1.1 – DOS TESTES

Os testes a serem realizados são, no mínimo:

- a. Wire Map;
- b. Length;
- c. Insertion Loss;
- d. Near-End Crosstalk Loss (NEXT);
- e. Power-Sum Near-End Crosstalk Loss (PSNEXT);
- f. Equal-Level Far-End Crosstalk Loss (PSELFEXT);
- g. Return Loss;
- h. Propagation Delay; e
- i. Delay Skew.

O ponto útil em uso ou em caráter de reserva que for reprovado no teste de certificação e que for ponto novo, a empresa deverá efetuar a correção do ponto. Este serviço de correção não é passível de pagamento. No entanto, em se tratando de ponto existente, o mesmo deverá ser corrigido. Neste caso, este serviço de correção é passível de pagamento. O cabo descontinuado deverá ser recolhido e descartado de forma ambientalmente responsável.

ITEM 1.2 – DOS ESPELHOS OU CAIXAS DE SOBREPOR DOS PONTOS

Os espelhos ou caixas de sobrepor dos pontos de rede das estações de trabalho (*workstations*) deverão ser identificados por etiquetas adesivas especiais, com as características abaixo:

1. Deve ser fabricada em poliéster branco de alta performance;
2. Deve ser ideal para aplicação em qualquer superfície plana, lisa ou texturizada;
3. Deverá possuir dimensões de 12 mm;
4. Deverá suportar temperatura de serviço variável de -40°C a 120°C.

O espelho ou caixa de sobrepor do ponto é identificado por um código composto de três partes:

5. **A primeira parte**, composta por dois caracteres numéricos, indicando o andar.
Exemplo: 02 B1 112. Neste caso, o número 02, em destaque, representa o 2.º andar;
6. **A segunda parte**, representada por uma letra seguida de um número, onde a letra indica a lateral do prédio onde está localizado o rack e o número do rack. Sendo "A" o lado onde fica localizada a entrada principal do prédio. No sentido horário, segue-se a sequência do alfabeto até a letra "D", concluindo os quatro lados do prédio. **Exemplo:** 02 **B1** 112. Neste caso, o "B" indica o lado do prédio e o número "1" indica o rack 1;
7. **A terceira parte** é sempre um numeral, indicando a porta do patch panel.
Exemplo: 02 B1 **112**. Este ponto está conectado na porta 112 do rack 1, localizado no lado B do prédio, no 2º andar.

ITEM 1.3 – DA IDENTIFICAÇÃO DOS CABOS

Os cabos serão identificados por etiquetas com as seguintes características:

- a. Autolaminável para fios e cabos;
- b. Deverá conter uma área transparente, a qual envolve o texto impresso, protegendo a informação;
- c. Deverá possuir resistência a desgaste por atrito, manuseio, solventes, água, óleo e sujeira;
- d. Deverá ser ideal para fios e cabos que são manuseados e movidos frequentemente;
- e. Deverá suportar temperatura de serviço variável de -40°C a 70°C.

As etiquetas para patch panel deverão ter alta aderência à superfícies texturizadas e suportar temperatura de serviço variável de -40°C a 145°C.

Deverá ser apresentada à contratante toda a documentação contendo a identificação de cada ponto e sua localização e os relatórios de certificação dos pontos para

ITEM 2 – IDENTIFICAÇÃO DOS RACKS

- a. A identificação dos racks será com placa em aço inoxidável, com dimensões não inferior a 4 cm²;
- b. Este serviço é sob demanda, podendo o executado ser em quantidade inferior ao estimado;
- c. A Placa de identificação será fornecida pela CONTRATADA;
- d. O pagamento será por placa de identificação instalada. O somatório de placas de identificação instaladas, multiplicado pelo valor unitário do serviço resultará no valor devido;
- e. O rack é identificado pela nomenclatura “Rack”, seguida por um espaço e três caracteres alfanuméricos, sendo o último separado por um “ponto”;
- f. O primeiro caractere é uma letra que indica o lado do prédio. Exemplo: Rack A4.2 que, neste caso, a letra “A”, em destaque, representa o lado do prédio onde está localizado o rack. Sendo que “A” é o lado onde fica localizada a entrada principal do prédio. No sentido horário, segue a sequência do alfabeto até a letra “D”, concluindo os quatro lados do prédio;
- g. O segundo caractere, representado por um número, indica o andar em que está localizado o rack. Exemplo: Rack A4.2, onde o número “4” indica que o rack está localizado no 4.º andar;
- h. O terceiro caractere, um número precedido por “ponto”, indica o número do rack. Exemplo: Rack A4.2, onde o número “2” faz referência ao segundo rack existente na sala técnica. Portanto, a placa Rack A4.2 informa que este é o rack 2, localizado no 4º andar, no lado A do prédio.

ITEM 3 – ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA DOS RACKS EXISTENTES

- a. A acomodação dos cabos no interior dos racks obedecerá a técnica, observando sempre a estética e funcionalidade;
- b. O serviço contempla otimização da utilização do espaço útil do rack existente;
- c. Não será admitido cabos soltos ou flutuando no interior dos racks;
- d. A sobra de cabo prevista deverá estar sob o piso elevado. Não havendo essa possibilidade, a CONTRATANTE deverá ser previamente informada, sendo ela a responsável por definir a solução para o caso;
- e. Os cabos devem estar presos por velcro;
- f. Os cabos deverão ser passados por dentro do organizador (guia);
- g. Não será admitido o uso de lacre serrilhado ou outra forma de ancoragem de cabos por estrangulamento;
- h. As fibras terão tratamento especial, obedecendo as regras de manuseio, ancoragem e respeitando o ponto de tração;
- i. Toda as impurezas e resíduos existentes nos racks deverão ser removidos.

ITEM 4 – SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO, INSTALAÇÃO E COMISSIONAMENTO DE RACK ABERTO DE 19", 40Us

- a. Este serviço é sob demanda, podendo o executado ser em quantidade inferior ao estimado;
- b. Fornecimento, montagem, instalação e fixação do rack com acessórios, parafusos, porcas gaiolas e demais acessórios;
- c. Qualquer dano causado nas estruturas físicas como pisos, paredes, lajes, rebocos, portas, janelas, entre outros, deverão ser recompostos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE;
- d. Os racks devem seguir as seguintes especificações:
 - Rack aberto com altura útil de 40 US;
 - Padrão 19 polegadas;
 - Estrutura em chapa de aço 1,5 mm monobloco;
 - Com marcação em meio “U”;
 - Guias de cabo lateral em chapa de aço 1,5 mm;
 - Acabamento interno em finger plástico;
 - Com perfil central para amarração de cabos e portas em aço 1,2 mm;
 - Deve atender as normas ANSI/EIA RS-310-D, IEC297-2/D e N4194 partes 1 e 7;
 - A estrutura deve ser em aço SAE 1010/1020;
 - Capacidade de 850 cabos cat 6 por guia;
 - Teto em chapa de 1,2 mm;
 - Com berço perfurado para amarração dos cabos e grau de curvatura para evitar estrangulamento dos cabos;
 - Base em chapa de aço de 1,5 mm para instalação em piso elevado com abertura frontal, lateral e traseira para passagem de cabos;
 - Pés fixados em chapa 1,5 mm;
 - Abertura lateral para passagem de cabos;
 - Altura de 2140 mm;
 - Largura de 99 mm;
 - Profundidade de 610 mm;
 - Acabamento: Toda a estrutura em aço é revestida com pintura eletrostática a pó na cor preta;

- Deve vir com duas réguas de 8 tomadas no padrão NBR 14136;
- Tampas de fechamento de fileiras.

e. A marca de referência para este item é Triunfo.

ITEM 5 - SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PATCH PANEL, 24 PORTAS, DESCARREGADO, composto dos conectores fêmeas RJ45 cat 6.

- Este serviço é sob demanda, podendo o executado ser em quantidade inferior ao estimado;
- Este serviço contempla a substituição e/ou instalação com fornecimento de patch panels, DESCARREGADO, completo e montado com o total de conectores RJ45 fêmeas, categoria 6, para uso em infraestrutura existente, ou a ser fornecida pela CONTRATADA, em quantidade suficiente para concentrar todos os pontos de rede contratados em cada rack.
- O Patch Panel deve ser confeccionado em chapa de aço e a parte plástica em termoplástico. Assim como o conector, o Patch Panel deve possuir terminação universal T568A ou T568B. Pode ser modular em módulos de 6 portas e substituíveis ou permitir a substituição de todas as portas.
- Previsão de expansão de 24 portas livres, em caráter reserva por rack instalado, com o fornecimento e instalação de 01 (um) patch panel, 24 portas, modelo descarregado, contendo os 24 conectores RJ45 fêmea a serem inseridos nos patch panels.
- Conectorizar a extremidade do cabo no conector RJ45 fêmea do patch panel;
- Retirada dos patch panels a serem substituídos, se for o caso;
- Para cada patch panel e cada switch instalado, fornecimento e instalação de guias de cabo compatível com o patch panel, adequadas para rack de ALTA DENSIDADE;
- As portas deverão ser identificadas em conformidade com a Norma TIA/EIA 606A.
- Os conectores deverão possuir banho de ouro com 50 micropolegadas nos contatos tipo RJ, atendendo aplicações de redes de alta velocidade que opere taxas de transmissão de dados de no mínimo 1 Gbps;
- Possuir certificação da Anatel;
- Certificar os pontos com equipamento scanner calibrado para cabeamento UTP CAT 6;
- Emitir e entregar um laudo individual para cada ponto instalado, emitido pelo equipamento scanner;
- Fornecer e instalar os acessórios necessários à instalação, tais como, parafusos, buchas, junções, terminações, emendas, derivações, velcros;
- A marca de referência para este item é a FURUKAWA.

ITEM 6 - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COM O FORNECIMENTO DE PATCH CORD, CATEGORIA 6

- Este serviço contempla a substituição e instalação com fornecimento de patch cord para uso em infraestrutura existente, ou a ser fornecida pela CONTRATADA, em quantidade suficiente para atender a demanda de cada rack;
- O comprimento do patch cord deverá ser de 1,5 metros para uso nos racks e de 2,5 metros para as estações de trabalho;
- O patch cord deverá ser fornecido em padrão de cores diferenciadas, de modo a identificar as conexões por categorias de equipamentos (estações de trabalho, telefonia IP, impressoras, etc.);
- É responsabilidade da CONTRATADA condicionar e acomodar os patch cords nos suportes e guias, de modo a otimizar o espaço nos racks, com excelente estética funcional;
- O patch cord deve ser composto de cabo não blindado do tipo UTP – Unshielded Twisted Pair de 4 pares trançados, com fio multifilar para que ele suporte flexões e manobras. A terminação deste cabo deve ser feita em conectores RJ-45 Macho utilizando-se o padrão de conectorização T568 A ou T568 B
- A marca de referência para este item é a FURUKAWA.

ITEM 7 - SERVIÇO DE FORNECIMENTO E LANÇAMENTO DE CABOS DE REDE UTP CAT 6.

- Este serviço é sob demanda, podendo o executado ser em quantidade inferior ao estimado;
- A unidade de medida desse item, na tabela do Órgão Gerenciador (GRUPO 1 – SEDE DA POLÍCIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO – SR/PF/RJ) está expressa em caixas com 305 metros de cabo, cada.
- Este serviço contempla a substituição e/ou instalação de ponto de rede UTP, categoria 6, em infraestrutura existente ou a ser fornecida pela CONTRATADA, conforme demanda;
- O serviço de instalação de ponto de rede compreende em fornecer e lançar o cabo UTP CAT 6, em infraestrutura já existente, com comprimento suficiente para interligar o ponto de rede até o patch panel, limitado a 90 metros por ponto;
- O cabo deve ser não blindado do tipo UTP – Unshielded Twisted Pair, isolamento em poliolefina e capa de PVC não propagante a chamas. Possuir quatro pares ou oito vias e unifilar, com capas especiais contra gases tóxicos (LSZH -low smoke zero halogen). Com bitola de 22 a 24 AWG.
- Qualquer dano causado nas estruturas físicas como pisos, paredes, lajes, entre outros, deverão

ser recompostos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE;

- g. A marca de referência para este item é a FURUKAWA.

ITEM 8 - SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE LINK DE FIBRA COM O FORNECIMENTO DE FIBRA ÓPTICA MULTIMODO OM3 06 VIAS.

- a. Este serviço é sob demanda, podendo o executado ser em quantidade inferior ao estimado;
- b. Este serviço contempla o fornecimento e implantação de link de fibra óptica multimodo 50/125µm OM3 06 vias, para uso em infraestrutura existente ou a ser fornecida;
- c. Serão dois cabos de Fibras Óticas de 6FO cada, sendo o segundo cabo em redundância, ambos partindo de cada sala técnica e seguindo por caminhos distintos. O caminho percorrido pelas fibras não pode ser o mesmo, desconsiderando a origem e o destino. Dessa forma, durante todo o percurso (da entrada de cada sala técnica até a sala técnica de ativos de TIC existente no 4.º andar, no Setor de Tecnologia da Informação - STI/SR/PF/RJ, na sede da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro) não poderá caminhar junto com seu par de redundância;
- d. O link terá comprimento suficiente para interligar dois pontos em até 400 metros;
- e. Realizar fusão de todas as extremidades do cabo em adaptadores ópticos LC duplex MM OM3 50/125µm;
- f. Fornecer e instalar os acessórios necessários à ancoragem da fibra, tais como, parafusos, buchas, junções, terminações, emendas, derivações, velcros;
- g. Todos os pontos ópticos deverão estar identificados segundo a Norma TIA/EIA 606A;
- h. Certificar o ponto com equipamento OTDR calibrado para o tipo de cabo óptico fornecido;
- i. Emitir e entregar um laudo individual para cada link instalado, emitido pelo equipamento OTDR;
- j. A marca de referência para este item é a FURUKAWA.

ITEM 9 - SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO COM O FORNECIMENTO DE UNIDADE DE CONCENTRAÇÃO DE LINK ÓPTICO (DIO) – MÍNIMO 12 TERMINAÇÕES ÓPTICAS.

- a. Este serviço é sob demanda, podendo o executado ser em quantidade inferior ao estimado;
- b. Este serviço contempla o fornecimento e implantação de unidade de concentração de pontos de links ópticos previstos para cada sala técnica existentes na Sede da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.
- c. Fornecer e instalar o distribuidor interno óptico (DIO), completo, com o conjunto de adaptadores ópticos LC duplex, bandeja de emenda e todos os acessórios necessários ao seu funcionamento, com capacidade mínima para 2 cabos ópticos multimodo 50/125µm OM3 de 06 fibras cada;
- d. Porta traseira equipada com bloqueios para mecanismo de travamento opcional, protetores de entrada para cabos externos, limitadores de curvatura de fibra, organizador de cabos frontal, etiquetas para identificação, painel articulado de emenda e estrutura deslizante para fora do produto a fim de facilitar o acesso;
- e. Efetuar todas as fusões necessárias para interligação de 12 links ópticos e acondicionar em bandejas de emendas nos distribuidores ópticos;
- f. A marca de referência para todos os componentes deste item é a FURUKAWA;
- g. Todo e qualquer hardware e software necessário ao serviço deverá ser entregue ao Setor de Tecnologia da Informação, responsável pela fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência;
- h. O Distribuidor Óptico terá seu aceite final após os testes do link óptico.

ITEM 10 – SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO COM O FORNECIMENTO DE UNIDADE DE CONCENTRAÇÃO DE LINK ÓPTICO (DIO) – MÍNIMO 24 TERMINAÇÕES ÓPTICAS.

- a. Este serviço contempla o fornecimento e implantação de unidade de concentração de pontos de links ópticos previstos para a sala técnica de ativos de TIC existente no 4.º andar, no Setor de Tecnologia da Informação (STI/SR/PF/RJ), na sede da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro;
- b. Fornecer e instalar o distribuidor interno óptico (DIO), completo, com o conjunto de adaptadores ópticos LC duplex e todos os acessórios necessários, com capacidade mínima para 4 cabos ópticos multimodo 50/125µm OM3 de 06 fibras cada;
- c. Porta traseira equipada com bloqueios para mecanismo de travamento opcional, protetores de entrada para cabos externos, limitadores de curvatura de fibra, organizador de cabos frontal, etiquetas para identificação, painel articulado de emenda e estrutura deslizante para fora do produto para facilitar o acesso;
- d. Efetuar todas as fusões necessárias para interligação de 24 links ópticos e acondicionar em bandejas de emendas dos distribuidores ópticos;
- e. A marca de referência para todos os componentes deste item é a FURUKAWA;
- f. Todo e qualquer hardware e software necessários ao serviço deverá ser entregue ao Setor de Tecnologia da Informação (STI/SR/PF/RJ), responsável pela fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência;
- g. O DIO terá seu aceite final após os testes do link óptico.

ITEM 11 - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COM O FORNECIMENTO DE EXTENSÃO ÓPTICA (PIGTAIL) MULTIMODO LC SIPLEX 50/125 OM3.

- a. Este serviço é sob demanda, podendo o executado ser em quantidade inferior ao estimado;
- b. Este serviço contempla o fornecimento e instalação de Extensão Óptica (pigtail) multimodo para fibras multimodo 50/125 OM3;
- c. Extensão Óptica simplex fornecidas prontas de fábrica e homologadas, não podendo ser confeccionadas em campo;
- d. A marca de referência para os componentes deste item é a FURUKAWA.

ITEM 12 - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COM O FORNECIMENTO DE CORDÃO ÓPTICO MULTIMODO LC/LC DUPLEX 50/125 OM3;

- a. Este serviço é sob demanda, podendo o executado ser em quantidade inferior ao estimado;
- b. Este serviço contempla o fornecimento e instalação de Extensão Óptica Duplex multimodo para fibras multimodo duplex 50/125 OM3;
- c. Extensão Óptica Duplex fornecidas prontas de fábrica e homologadas, não podendo ser confeccionadas em campo;
- d. A marca de referência para os componentes deste item é a FURUKAWA.

ITEM 13 - SERVIÇO FORNECIMENTO DE CONECTORES RJ-45 CAT 6 COM CONECTORIZAÇÃO DE CABOS NOS CONECTORES.

- a. Este serviço é sob demanda, podendo o executado ser em quantidade inferior ao estimado;
- b. Os conectores RJ-45 Fêmea devem possuir uma carcaça composta de poliolefina e contatos em estanho, níquel e banho de ouro (galvanoplastia). Os conectores devem ser do tipo IDC (Insulation Deslocation Contact), devem possuir contato por deslocamento de isolamento, composto de policarbonato e contatos em estanho, níquel e ouro. Devem permitir 200 (duzentas) inserções pela parte traseira e 750 (setecentas e cinquenta) pela parte frontal e possuir terminação universal T568A ou T568B atendidos pelo mesmo conector.
- c. Uma extremidade do ponto será conectorizada no patch panel, conforme definido no item 6, e a outra ponta, que atenderá a estação de trabalho (usuário do ponto), deverá ser conectorizada no conector fêmea RJ-45. Portanto, deverão ser fornecidos os conectores RJ45 fêmea e demais acessórios tais como, caixa de sobrepor ou de embutir, com espelhos para identificação, pronta para o uso, de acordo com padrão já existente na SR/PF/RJ;
- d. Qualquer dano causado nas estruturas físicas como pisos, paredes, lajes, rebocos, janelas, portas, entre outros, deverão ser recompostos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE;

ITEM 14 - SERVIÇO IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PONTO DE REDE LÓGICA.

- a. Este serviço é sob demanda, podendo o executado ser em quantidade inferior ao estimado;
- b. Este serviço contempla instalação de infraestrutura, aparente ou não, composta por eletrocalhas, leitos, eletrodutos e canaletas, de acordo com a necessidade de cada ambiente;
- c. Está incluso neste item o fornecimento de todos os acessórios de fixação e acabamento necessários à construção da infraestrutura;
- d. Previsão mínima de 50% de expansão em toda a extensão estruturada atualmente existente;
- e. Qualquer dano causado nas estruturas físicas como pisos, paredes, lajes, rebocos, janelas, portas, entre outros, deverão ser recompostos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE;
- f. As eletrocalhas deverão ser fornecidas com material de alumínio e os dutos a serem fornecidos deverão ser de ferro galvanizado e instaladas mantendo uma distância mínima de 30 cm de fontes elétricas, com preenchimento de 30 a 60% da capacidade em conformidade com a norma EIA/TIA 569B.
- g. Será responsabilidade da contratada avaliar este item durante a visita técnica.

ITEM 15 - SERVIÇO IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA LINK DE FIBRA ÓTICA – REDUNDÂNCIA DAS FIBRAS.

- a. Este serviço é sob demanda, podendo o executado ser em quantidade inferior ao estimado;
- b. Este serviço contempla instalação de infraestrutura, aparente ou não, composta por eletrocalhas, leitos, eletrodutos e canaletas, de acordo com a necessidade de cada ambiente, em conformidade com a norma EIA/TIA 569B;
- c. As eletrocalhas deverão ser fornecidas com material de alumínio e os dutos a serem fornecidos deverão ser de ferro galvanizado e instaladas mantendo uma distância mínima de 30 cm de fontes elétricas, com preenchimento de 30 a 60% da capacidade em conformidade com a norma EIA/TIA 569B.
- d. Está incluso neste item o fornecimento de todos os acessórios de fixação e acabamento

necessários à construção da infraestrutura;

- e. Previsão mínima de 50% de expansão em toda a extensão estruturada atualmente existente;
- f. São duas fibras, em redundância, por sala técnica de borda. O caminho percorrido pelas fibras não pode ser o mesmo, desconsiderando a origem e o destino. Dessa forma, durante o percurso até a entrada da sala técnica, destino final da fibra, ela não poderá caminhar junto com seu par de redundância;
- g. Qualquer dano causado nas estruturas físicas como pisos, paredes, lajes, rebocos, janelas, portas, entre outros, deverão ser recompostos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE;
- h. Será responsabilidade da contratada avaliar este item durante a visita técnica.

4.2. LOCALIDADE E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES:

Orgão Gerenciador - SR/PF/RJ		
EDIFÍCIO / UNIDADE	ENDEREÇO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
SR/PF/RJ Superintendência Regional	Avenida Rodrigues Alves, 01, Centro, Rio de Janeiro/RJ	Segunda a sexta-feira Das 08:00 às 18:00

ENTIDADE PARTICIPANTE - LOCALIDADES		
EDIFÍCIO/UNIDADE	ENDEREÇO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
SR/PF/ES Superintendência Regional	Avenida Vale do Rio Doce, 01, São Torquato, Vila Velha/ES	Segunda a sexta-feira Das 08:00 às 18:00
DPF/CIT/ES Delegacia de Polícia	Av. Domingos Alcino Dadalto, 145, IBC, Cachoeiro de Itapemirim/ES	Segunda a sexta-feira Das 08:00 às 18:00
DPF/SMT/ES Delegacia de Polícia	Rua DNER, n.º 269, Santa Tereza, São Mateus/ES	Segunda a sexta-feira Das 08:00 às 18:00

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Os materiais e peças empregados deverão atentar para a redução de impacto ambiental, ficando a Contratada obrigada a:

5.4.1. Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis.

5.4.2. Realizar a adequada destinação das peças e componentes substituídos. Os resíduos recicláveis (metais, plásticos, papel de embalagens) devem ser dispostos nas lixeiras de coleta seletiva para posterior encaminhamento às Cooperativas de Catadores ou aos Centros de Triagem, conforme a Lei n. 12.305/2010 e Decreto n. 5.940/2006

5.4.3. Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto.

5.4.4. Utilizar obrigatoriamente agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.

5.4.5. Utilizar materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs). A Administração reserva-se o direito de exigir tal comprovação que poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

5.4.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.4.6.1. A comprovação do disposto neste subitem poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos.

5.4.6.2. A Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

6.1.1. A contratada se compromete a executar os serviços conforme as especificações definidas no presente Termo de Referência, bem como os requisitos legais estabelecidos em CONTRATO.

6.1.2. Será responsabilidade da contratada alocar todos os recursos humanos necessários ao cumprimento perfeito das cláusulas contratuais, além de fornecer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios na qualidade e quantidade necessárias, especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

6.1.3. Deverão ser reparados ou corrigidos, removidos ou substituídos, às expensas da contratada, no total ou em parte, no prazo determinado no contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.1.4. Todos os profissionais utilizados deverão estar habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

6.1.5. Os funcionários da contratada deverão se apresentar devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de providos com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

6.1.6. A relação nominal, com nome completo, filiação, RG e CPF, dos funcionários que prestarão os serviços deverá ser apresentada à contratante, antes da efetiva execução do serviço;

6.1.7. A contratada se responsabilizará por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à contratante;

6.1.8. A contratada deverá atender às solicitações da contratante quanto à substituição dos funcionários alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

6.1.9. A contratada deverá instruir seus funcionários quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

6.1.10. A contratada deverá instruir seus funcionários a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo

contrato, devendo a contratada relatar à contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

6.1.11. A contratada deverá relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

6.1.12. A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.13. Devido à natureza do local a ser executado o serviço objeto do presente termo, os funcionários deverão ser orientados a guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.1.14. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1.º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.1.15. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório;

6.1.16. A CONTRATADA deverá comprometer-se, por si e por seus funcionários, a aceitar e aplicar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança definidos na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE – inclusive com a assinatura de termo de responsabilidade e manutenção de sigilo;

6.1.17. Os colaboradores da CONTRATADA deverão se submeter a investigação social e de vida pregressa, a ser conduzida pela Polícia Federal, com o propósito de evitar a incorporação de pessoas com características e/ou antecedentes que possam comprometer a segurança das informações ou a credibilidade do CONTRATANTE;

6.1.18. Todas as informações as quais a CONTRATADA tiver acesso em função da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada sua reprodução, utilização ou divulgação a terceiros;

6.1.19. Todas as informações, imagens e documentos a serem manuseados e utilizados são de propriedade do CONTRATANTE e não poderão ser repassados, copiados, alterados ou absorvidos pela CONTRATADA sem expressa autorização do CONTRATANTE, de acordo com os termos constantes em Termo de Sigilo a ser firmado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA;

6.1.20. Cada profissional a serviço da CONTRATADA deverá estar ciente de que a estrutura computacional do órgão não poderá ser utilizada para fins particulares, sendo que quaisquer ações realizadas em sua rede poderão ser auditadas;

6.1.21. O serviço prestado pela CONTRATADA deverá ser pautado sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo CONTRATANTE;

6.1.22. A CONTRATADA deverá assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que seus profissionais e prepostos não manterão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

6.1.23. A CONTRATADA deverá cumprir os prazos previstos, inclusive os descritos neste Termo de Referência, respeitando os prazos máximos estabelecidos;

6.1.24. A CONTRATADA deverá prover garantia aos serviços prestados;

6.1.25. A CONTRATADA deverá cumprir os requisitos legais estabelecidos em CONTRATO, bem como os requisitos técnicos descritos neste Termo de Referência;

6.4.26. Durante a vigência contratual, a CONTRATADA deverá manter as condições e os critérios técnicos de habilitação, conforme disposição legal;

6.4.27. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Devido à natureza do serviço, onde o licitante deverá ter noção de distâncias entre pontos, verificação de obstáculos a serem superados, ter conhecimento das instalações elétricas existentes, bem como das instalações lógicas, a vistoria é requisito obrigatório para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta.

7.2. Para o Grupo 1, a vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (21) 2203-4050 (opções 1 ou 2) / 2203-4077 / 2203-4078 ou pelo e-mail infraestrutura.sti.rj@dpf.gov.br, com antecedência mínima de uma semana.

7.3. Para o Grupo 2, a vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone

(27) 3041-8252 / 3041-8113 ou pelo e-mail nti.sres@dpf.gov.br, com antecedência mínima de uma semana.

7.4. Ao final da vistoria, o licitante receberá a DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA (ANEXO I), onde constará a identificação do licitante e de seu representante, a identificação do técnico designado para acompanhar a vistoria, a data da vistoria, o local onde foi realizada a vistoria e o que foi vistoriado.

7.5. A DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA será assinada pelo representante da licitante, devidamente identificado, e pelo técnico designado a acompanhar a vistoria.

7.6. O representante da empresa será identificado com cópia de documento de identidade e documento de seu encaminhamento em papel timbrado da empresa, com assinatura do responsável pela mesma, bem como do contrato social em que conste a identificação do representante legal e cópia da identidade. Caso a vistoria seja realizada pelo próprio representante legal que figura no contrato social, o mesmo deverá apresentar apenas cópia da identidade e do contrato social.

7.7. Os licitantes apresentarão a DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA junto com sua proposta.

7.8. Será de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das instalações, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato.

7.9. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.10. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 O modelo de execução é por prestação de serviço com o fornecimento de material.

8.2 Os serviços descritos neste Termo de Referência caracterizam-se pela aplicação de mão-de-obra especializada, com técnicos e profissionais formados, treinados e capacitados para a perfeita execução das tarefas demandadas.

8.3 É obrigação da empresa CONTRATADA a execução de todos os serviços descritos e mencionados nas especificações, bem como o fornecimento de todo o material, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, EPI, EPC, andaimes, container, guinchos e o que mais for necessário para plena execução das atividades inerentes aos serviços.

8.4 A quantidade de serviços e materiais descritos neste termo de referência foram definidos por estimativas, com base no que se considera a real necessidade da contratante.

8.5 Todos os serviços, com ou sem fornecimento de materiais, são sob demanda, podendo o executado ser em quantidade inferior ao estimado.

8.6 O valor a ser pago à CONTRATADA será sempre sobre o serviço EFETIVAMENTE PRESTADO;

8.7 Todo e qualquer manual, informativo técnico, hardware, software dos equipamentos e materiais instalados deverá ser entregue no Setor de Tecnologia da Informação da Polícia Federal, responsável pela fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência;

8.8 A execução dos serviços, sempre que possível, deverá ser acompanhada por um representante da contratante, considerando as peculiaridades nos locais onde serão executados os trabalhos.

8.9 Os serviços deverão ser executados atendendo a divisão por grupo e quantidades ou volume de serviço, conforme classificados a seguir:

Órgão Gerenciador - SR/PF/RJ

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS NAS SALAS TÉCNICAS				
Andar	S.Téc.	Setor	ITEM	Escopo / Serviços a serem realizados
Térreo	1	DELDIA	1.1	Instalação de backbone óptico; Organização do rack existente, com instalação de novos organizadores (guias) 1U e de <i>patch panel</i> ; certificação e identificação de 48 pontos; instalar, identificar e certificar 72 novos pontos para o NUMAT, NUTRAN, ALMOXARIFADO e OFICINA (MANUTENÇÃO); instalação de infraestrutura aparente nas respectivas salas.
	2	DG	1.2	Instalação de backbone óptico; Organização do rack existente com instalação de organizadores (guias) 1U e de <i>patch panel</i> ; certificação e identificação de 24 pontos. Instalar, identificar e certificar 30 novos pontos para o NAD; instalação de infraestrutura aparente nas respectivas salas.

	3	Depósito Único	1.3	instalar, identificar e certificar 10 novos pontos e instalação de infraestrutura aparente nas respectivas salas.
Mesanino	4	AUTOMAÇÃO	1.4	Instalação de backbone óptico; Organização do rack existente com instalação de organizadores (guias) 1U e de <i>patch panel</i> ; certificação e identificação de 24 pontos.
2.º	5	DELEPREV	1.5	Instalação de backbone óptico; Instalação de um novo rack na sala, em substituição ao existente, com instalação de novos organizadores (guias) 1U e de <i>patch panel</i> ; certificação e identificação de 240 pontos; instalar, identificar e certificar 72 novos pontos.
	6	DELEFAZ/GRCC	1.6	Instalação de backbone óptico; Organização do rack existente com instalação de novos organizadores (guias) 1U; certificação e identificação de 216 pontos.
	7	SETEC	1.7	Instalação de backbone óptico; instalação de um novo rack, em substituição ao existente, com instalação de novos organizadores (guias) 1U e de <i>patch panel</i> ; certificação e identificação de 216 pontos; instalar, identificar e certificar 72 novos pontos para as salas do SETEC, NID e UNIÃO RIO, adequação da infraestrutura sob o piso elevado nas respectivas salas dos setores abrangidos.
	8	SRH	1.8	Instalação de backbone óptico; instalação de um novo rack com instalação de novos organizadores (guias) 1U; certificação e identificação de 168 pontos.
	9	DRCOR	1.9	Instalação de backbone óptico; instalação de um novo rack, em substituição ao existente, com instalação de novos organizadores (guias) 1U; certificação e identificação de 96 pontos.
	10	DELECOR	1.10	Instalação de backbone óptico; instalação de um novo rack, em substituição ao existente, com instalação de novos organizadores (guias) 1U e <i>patch panel</i> ; certificação e identificação de 264 pontos.
3.º	11	SIP	1.11	Instalação de backbone óptico; instalação de um novo rack, em substituição ao existente; instalação de organizadores 1U; fornecimento, substituição e instalação do cabeamento, dos patch panels, conectores e patch cords e serviço de conectorização identificação e certificação de 418 pontos.
	12	DREX	1.12	Instalação de backbone óptico; instalação de novo rack, em substituição ao existente, com instalação de novos organizadores (guias) 1U; certificação e identificação de 192 pontos.
	13	SELOG	1.13	Instalação de backbone óptico; instalação de novo rack, em substituição ao existente, com instalação de novos organizadores (guias) 1U; certificação e identificação de 216 pontos.
	14	DELEAQ	1.14	Instalação de backbone óptico; organização do rack existente com instalação de novos organizadores (guias) 1U; certificação e identificação de 216 pontos.

4.º	15	CORREGEDORIA	1.15	Instalação de backbone óptico; organização do rack existente com instalação de novos organizadores (guias) 1U e <i>patch panel</i> ; certificação e identificação de 288 pontos.
	16	DELESP	1.16	Instalação de backbone óptico; instalação de novo rack, em substituição ao existente, com instalação de novos organizadores (guias) 1U; fornecimento, substituição e instalação do cabeamento, dos patch panels, conectores e patch cords e serviço de conectorização, identificação e certificação de 144 pontos cat 6; adequação da infraestrutura sob o piso elevado e instalação de 120 pontos e substituição de infraestrutura aparente nas salas da DELESP.
	17	GTED	1.17	Instalação de backbone óptico; instalação de um novo rack, em substituição do existente, com instalação de novos organizadores (guias) 1U; fornecimento, substituição e instalação do cabeamento, dos patch panels, conectores e patch cords e serviço de conectorização, identificação e certificação de 144 pontos cat 6; instalação de infraestrutura aparente nas salas do GTED, CONSULTÓRIO MÉDICO e NT&D.
	18	DRE	1.18	Instalação de backbone óptico; instalação de um novo rack, em substituição ao existente, com instalação de novos organizadores (guias) 1U; certificação e identificação de 240 pontos.
	19	DATA-CENTER	1.19	Instalação de 10 (dez) DIOS de 24 portas para backbone óptico; instalação de novo rack, com organizadores (guias) 1U; certificação e identificação de 240 pontos; instalação de infraestrutura complementar para criar novo SHAFT para fibras redundantes. Instalação de 01 (um) DIO em 01 (um) dos rack de servidores e passagem de fibras dos 02 (dois) racks de servidores para o rack do backbone óptico.

Entidade Participante:

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS NA SR/PF/ES				
Andar	Sala Tec.	Sector	Item	Serviços a serem realizados
Térreo	1	SALA TÉCNICA NTI	1.1	Organização do rack existente, com instalação de novos organizadores (guias) 1U e <i>patch panel</i> ; Instalar, identificar e certificar 40 novos pontos para o sistema de monitoramento CFTV e controle de acesso conforme posições definidas no croqui, com instalação de infraestrutura aparente nas respectivas posições. Conexão por fibra óptica com a sala do CPD, situada no 3º andar.
	2	SALA TÉCNICA (CONTROLE DE ACESSO)	1.2	Organização do rack existente, com instalação de organizadores (guias) 1U e <i>patch panel</i> ; Instalar, identificar e certificar 30 novos pontos para o sistema de monitoramento CFTV e controle de acesso conforme posições definidas no croqui, com instalação de infraestrutura aparente nas respectivas posições. Conexão por fibra óptica com a sala técnica (principal) do NTI situada no Térreo.
	3	SALA TÉCNICA DEPÓSITO SETEC	1.3	Organização do rack existente, instalação de organizadores (guias) 1U e <i>patch panel</i> ; Instalar, identificar e certificar 20 novos pontos para o sistema de monitoramento CFTV e controle de acesso conforme posições definidas no croqui, com instalação de infraestrutura aparente nas respectivas posições.. Conexão por fibra óptica com a sala técnica (principal) do NTI situada no Térreo.

1º	4	PLANTÃO	1.4	Instalação de um novo rack com organizadores (guias) 1U e <i>patch panel</i> ; Instalar, identificar e certificar 40 novos pontos para o sistema de monitoramento CFTV e controle de acesso conforme posições definidas no croqui, com instalação de infraestrutura aparente nas respectivas posições.. Conexão por fibra óptica com a sala do CPD, situada no 3º andar.
2º	5	SALA TÉCNICA NTI	1.5	Organização do <i>rack</i> existente, com instalação de novos organizadores (guias) 1U e <i>patch panel</i> ; Instalar, identificar e certificar 40 novos pontos para o sistema de monitoramento CFTV e controle de acesso conforme posições definidas no croqui, com instalação de infraestrutura aparente nas respectivas posições. Conexão por fibra óptica com a sala do CPD, situada no 3º andar.
3º	6	CPD NTI	1.6	Instalação de backbone óptico; Instalar, identificar e certificar 60 novos pontos para o sistema de monitoramento CFTV e controle de acesso conforme posições definidas no croqui, com instalação de infraestrutura aparente nas respectivas posições.

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS NA DPF/CIT/ES				
Local	S.Tec.	Setor	Item	Serviços a serem realizados
CIT/ES1		DPF/CIT	1.7	Instalar, identificar e certificar 80 novos pontos para o sistema de monitoramento CFTV e controle de acesso conforme posições definidas no croqui, com instalação de infraestrutura aparente nas respectivas posições. Interligar os 2 prédios anexos à sala do NTI por meio de fibra óptica, com fornecimento de todos os materiais, inclusive o meio físico (fibra propriamente dita)

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS NA DPF/SMT/ES				
Local	S.Tec.	Setor	Item	Serviços a serem realizados
SMT/ES1		DPF/SMT	1.8	Organização do rack existente, com instalação de novos organizadores (guias) 1U e <i>patch panel</i> ; Instalar, identificar e certificar 312 novos pontos de rede para a nova rede de dados e sistema de monitoramento CFTV e controle de acesso conforme posições definidas no projeto da nova sede da delegacia, com instalação de infraestrutura (aparente ou não) nas respectivas posições. Instalação dos pontos de telecomunicações (com ou sem infraestrutura, a depender do local definido em projeto). Conexão por fibra óptica com a guarita e outra edificação construída no mesmo terreno.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

9.1. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O tipo de execução mais adequado para este serviço é a EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, uma vez que se trata de serviço de adequação e modernização (Retrofit), que tem características de imprevisibilidades maiores em termos de levantamentos de quantitativos e serviços. Assim, a forma mais eficiente e justa de pagamento é a empreitada por preço unitário onde se paga pelo que se executa efetivamente.

9.2. DA MEDIÇÃO

9.2.1. A execução do serviço será iniciada mediante emissão de Ordem de Serviço (OS);

9.2.2. A Ordem de Serviço será emitida considerando as características do SERVIÇO, o tamanho do SETOR ou DELEGACIA.

9.2.3. A Ordem de serviço deverá conter:

- a) NÚMERO DA OS;
- b) IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO;
- c) IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA;
- d) ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E MATERIAL;
- e) ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DEMANDADA;
- f) VALOR DA OS;
- g) DEMAIS DETALHAMENTOS (se for o caso);
- h) LOCAL DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO;
- i) PREVISÃO PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO; e
- j) DATA DO TÉRMINO DO SERVIÇO.
- k) IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS;
- l) DATA DE INÍCIO DO SERVIÇO;

9.2.4. O Modelo de Ordem de Serviço segue no ANEXO IV deste Termo de Referência;

9.2.5. O somatório dos valores de todas as ORDENS DE SERVIÇOS não ultrapassará o valor total do CONTRATO;

9.2.6. A aferição dos serviços executados ocorrerá mediante entrega de RELATÓRIOS DE SERVIÇOS EXECUTADOS (ANEXO V) de cada ORDEM DE SERVIÇO;

9.2.7. No relatório, emitido pela CONTRATADA, deverá constar os serviços executados, a descrição dos materiais utilizados e as respectivas quantidades;

9.2.8. Após análise da OS e do RELATÓRIO DE SERVIÇO EXECUTADO (RSE), caso seja constatada a realização do serviço de acordo com este Termo de Referência, a CONTRATANTE encerrará a OS, a qual estará anexado o respectivo RSE;

9.2.9. Os serviços serão executados em até 120 dias.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.4. Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n.º 5/2017;

10.6. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

10.7. Encaminhar formalmente a demanda, por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

10.8. Receber o objeto fornecido pela contratada, que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme as inspeções realizadas;

10.9. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, previstas neste Termo de Referência e no Edital.

10.10 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.10.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.10.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.10.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.10.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.11 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.12 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.13 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5. Utilizar funcionários habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

11.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do artigo 6.º do Decreto nº 2.271, de 1997;

14.2. O representante da contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

14.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará para acompanhamento e fiscalização ORDENS DE SERVIÇOS (OS) e RELATÓRIOS DE SERVIÇOS EXECUTADOS (RSE), conforme modelos previstos nos Anexos IV e V, respectivamente, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.10 Cada OS terá seu RSE, onde constará o número da OS correspondente, a data da entrega da OS, se há RELATÓRIO DE NÃO-CONFORMIDADE (RNC), a descrição e quantidade do material utilizado e a data da entrega definitiva da OS, após a correção da desconformidades, se for o caso;

14.11 Quando a OS for concluída, caberá à CONTRATADA comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório;

14.12 Após análise da OS e do respectivo RELATÓRIO DE SERVIÇO EXECUTADO (RSE), caso seja constatada a realização do serviço, em conformidade este Termo de Referência, o fiscal técnico encerrará a OS, a qual estarão anexados os respectivos RELATÓRIO DE SERVIÇO EXECUTADO, RELATÓRIO DE NÃO-CONFORMIDADE, se for o caso, e outros documentos que julgar pertinentes;

14.13 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos, ou refeitos, ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem

prejuízo da aplicação de penalidades. Sendo rejeitado o serviço executado, a OS não será encerrada;

14.14 Sendo rejeitado o serviço, o fiscal do contrato elaborará o RELATÓRIO DE NÃO-CONFORMIDADE (RNC), conforme o ANEXO VI, onde constará a OS rejeitada, a lista de itens em não-conformidade, as providências que serão adotadas para correção e o prazo para nova inspeção. Este relatório será assinado pelo fiscal do contrato e pelo representante da CONTRATADA;

14.15 Cada OS terá quantos RNC forem necessários para a conclusão do serviço, observado o item 14.20, não podendo existir mais de uma RNC para a mesma não-conformidade;

14.16 Corrigidas as não-conformidades, a OS será novamente inspecionada conforme os itens 14.9, 14.10, 14.11 14.12, 14.13, 14.14 e 14.15;

14.17 Somente após o atesto da fiscalização, encerrando a OS, a contratada poderá emitir Nota Fiscal, com o valor correspondente da ordem, e deverá ser acompanhada da OS e do Relatório de Serviços Executados;

14.18 A utilização de OSs e RSEs não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.19 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.20 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.21 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.22 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.23 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.24 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. Essa relação será anexada ao RELATÓRIO DE SERVIÇO EXECUTADO, que será entregue junto com a respectiva OS;

14.25 Dar-se-á como concluído o serviço em sua totalidade, conforme estabelecido no contrato, quando todas as OS's forem concluídas, conforme o item 24.4 e 24.5;

14.26 Após o encerramento da última Ordem de Serviço, a CONTRATADA comunicará ao fiscal da CONTRATANTE para que seja realizada fiscalização definitiva do serviço;

14.27 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLT/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.28 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, conforme expresso nos itens 14.17 e 14.18;

15.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem

necessários.

15.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

15.3.1.2 Os serviços serão recebidos, provisoriamente, no prazo final estabelecido na Ordem de Serviço, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

15.3.1.3 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2 No prazo de até *10 dias corridos* a partir da entrega do RSE pela CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4 No prazo de até *30 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.6 O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base em cada uma das Ordens de Serviços encerradas e atestadas pela fiscalização e os respectivos Relatórios de Execução de Serviços.

15.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15.8. O serviço estipulado em contrato será concluído quando todas as ORDENS DE SERVIÇOS, estipuladas nos itens 24.4 e 24.5, estiverem encerradas;

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente, para proceder o pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. O prazo de validade;

16.4.2. A data da emissão;

16.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. O período de prestação dos serviços;

16.4.5. O valor a pagar; e

16.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. Não produziu os resultados acordados;

16.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP,$$

sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) / 365;$

TX = Percentual da taxa anual = 6%;

$I = 0,06 / 365; I = 0,00016438.$

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2 Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.12 Será considerada extinta a garantia:

18.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.12.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

18.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) Deixar de executar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo; e
- e) Cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

2. **Multa** de:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento), por dia, sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento), sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento), sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2%, por dia, sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento), do valor do contrato, por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados.

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

19.4. Para efeito de aplicação de multas, pela não observância às regras deste TR, são

atribuídas às infrações cometidas graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Deixar de substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999;

19.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à contratante, observado o princípio da proporcionalidade;

19.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.4. Serão exigidos atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) por entidade profissional competente (CREA), com apresentação, inclusive, da(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) vinculada(s) ao respectivo(s) atestado(s), para as quais a CONTRATADA tenha executado os serviços de instalação de rede, com complexidade operacional equivalente aos especificados neste Termo de Referência;

20.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar serviços de natureza compatíveis, permitindo estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais e técnicas, dimensionais e qualitativas, com os serviços que compõem o objeto desta licitação e que façam explícita referência às seguintes especificidades técnico-operacionais:

1. Instalação de rede de fibra óptica;

2. Instalação de sistema de cabeamento, com cabos UTP, categoria 6 ou superior, com o mínimo de 50% do quantitativo de pontos de telecomunicações previsto neste Termo de Referência;

20.6. Registro ou inscrição de seu(s) Responsável(is) Técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em sua plena validade, de acordo com o exposto no Inciso I do Artigo 30 da Lei n.º 8.666/93;

20.7. Prova de regularização do(s) referido(s) profissional(is), junto ao Conselho Regional competente, através de Certidão comprovando sua inscrição ou registro em plena validade.

20.8. Acervo técnico da CONTRATADA, emitido pelo CREA.

20.9. A Contratante reserva-se ao direito de conferir as informações prestadas por meio de consultas e visitas aos fornecedores emissores dos atestados.

20.10. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

a) Grupo 1 - Valor Global: R\$ R\$ 2.437.848,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais);

Grupo 2 - Valor Global: R\$ R\$ 1.674.497,60 (um milhão, seiscentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta centavos);

b) Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

20.11. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.12. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. EXIGÊNCIA PARA ASSINATURA DO CONTRATO

21.1. Para a assinatura do contrato será exigida da licitante vencedora a apresentação de Declaração que possui outro(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços que não sejam aquele(s) já identificado(s) como Responsável(eis) Técnico(s), devidamente inscrito(s) e regular(es) perante o CREA. A comprovação do vínculo profissional se fará por meio da apresentação de cópia da Carteira Profissional (CTPS) em que conste a CONTRATADA como contratante, ou do contrato social da CONTRATADA, em que conste o profissional como sócio, ou, ainda, do contrato de prestação de serviços com a CONTRATADA, nos termos da legislação vigente.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da contratação é o no valor total de R\$ 4.112.345,60 (quatro milhões, cento e doze mil, trezentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos), sendo R\$ 2.437.848,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta e sete mil e oitocentos e quarenta e oito reais) o custo do grupo 1 (SR/PF/RJ) e R\$ 1.674.497,60 (um milhão, seiscentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) o custo do grupo 2 (SR/PF/ES).

22.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de mercado junto a fornecedores.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1. Processo será realizado através de SRP.

24. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

24.1. Após a assinatura do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias, a CONTRATANTE solicitará o comparecimento do representante da CONTRATADA no Setor de Tecnologia da Informação da Polícia Federal para traçar a estratégia de execução dos serviços do item 4, dentro do prazo determinado no item 9 deste Termo de Referência. Neste momento, será assinada a DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO (Anexo II);

24.2. A Contratada tem o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para atender a solicitação de comparecimento;

24.3. Se necessário, outras reuniões poderão ocorrer para o planejamento do serviço;

24.4. Traçada a estratégia, serão emitidas as ORDENS DE SERVIÇOS (Anexo IV) em quantidade necessária para a execução do serviço dentro do prazo determinado. As Ordens de Serviços serão confeccionadas em até 7 (sete) dias úteis após a assinatura da DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO;

24.5. Confeccionadas as Ordens de Serviços, a CONTRATADA será chamada para receber as mesmas, momento em que assinará o TERMO DE RECEBIMENTO DE ORDENS DE SERVIÇOS (ANEXO III), que conterá os números das Ordens de Serviços e um resumo de cada serviço a ser executado;

24.6. A execução dos serviços será iniciada no dia útil seguinte ao da assinatura do termo de recebimento das Ordens de Serviços pela CONTRATADA;

24.7. A empresa vencedora deverá ter capacidade operacional, logística e de contingente técnico-profissional capacitado para executar até duas Ordens de Serviços, atendendo até dois setores distintos, simultaneamente, na execução dos itens do GRUPO 1.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2020.

Marcio Roberto de Andrade, Agente de Polícia Federal, matrícula 7.050, Chefe do STI/SR/PF/RJ (assinado eletronicamente).

Renato do Nascimento Barradas, Escrivão de Polícia Federal, matrícula 10.911, Chefe Substituto do STI/SR/PF/RJ (assinado eletronicamente).

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE VISTA TÉCNICA DA LICITANTE

1 – IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:
EMPRESA:

CNPJ: _____
RESPONSÁVEL: _____; CPF: _____

2 – IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO DA CONTRATANTE:

NOME: _____
MATRÍCULA: _____
LOTAÇÃO: _____

3 – LOCAL E DATA DA VISTORIA:

LOCAL: _____
DATA: ____/____/____

4 – ITENS VISTORIADOS:

5 – DECLARAÇÃO:

Declaro que foi realizada a vistoria, conforme item 7 do TERMO DE REFERÊNCIA nº _____, do processo nº _____.

Rio de Janeiro/RJ, ____/____/____.

Representante da Empresa

Técnico da Contratante

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO DA CONTRATADA

Nesta data, a empresa _____, CNPJ _____, representada pelo Sr. _____, CPF _____, vencedora do Pregão nº _____, Contrato nº _____, compareceu a este Setor de Tecnologia da Informação, conforme o ITEM 10.1, da TR nº _____, para traçar estratégia, definindo e descrevendo as ORDENS DE SERVIÇOS necessárias para a execução do serviço.

Rio de Janeiro/RJ, ____/____/____ Chefe do STI

Chefe do STI	
Fiscal do Contrato	
Representante da	

Representante da
Empresa

ANEXO III

TERMO DE RECEBIMENTO DAS ORDENS DE SERVIÇOS

Nesta data, foram entregues à empresa _____, CNPJ _____,
representada por _____, CPF _____, as ORDENS DE
SERVIÇOS abaixo relacionadas, referentes aos serviços a serem executados do GRUPO 1, do
ITEM _____, do TR nº _____, conforme o ITEM 10.5 do mesmo Termo.
OS (Nº) DESCRIÇÃO

Rio de Janeiro/RJ, ____/____/____

Representante da Empresa
Fiscal do Contrato

ANEXO IV

ORDEM DE SERVIÇO

PREGÃO nº: _____ CONTRATO nº: _____

CONTRATADA: _____

CNPJ: _____

OS nº

LOCAL DO SERVIÇO

DATA DE EMISSÃO

DATA DE INÍCIO

PREVISÃO PARA EXECUÇÃO (DIAS)

SERVIÇO

GRUPO

ITEM

DESCRIÇÃO

QUANT

UNIDADE

R\$/UN

VALOR (R\$)

TOTAL

CONCLUSÃO E ENTREGA DO SERVIÇO

DATA DE CONCLUSÃO ____/____/____

DATA DE ENTREGA ____/____/____

REPRESENTANTE DA CONTRATADA

FISCAL DO CONTRATO

ANEXO V
RELATÓRIO DE SERVIÇO EXECUTADO DA OS
OS nº

LOCAL DO SERVIÇO

DATA DE INÍCIO

DATA DE ENTREGA

LISTA DE MATERIAL EMPREGADO:

GEROU ALGUM RNC? () SIM () NÃO

SE SIM, QUAIS?

TODAS AS DESCONFORMIDADES FORAM SANADAS?

OBSERVAÇÕES:

DATA DE ENTREGA DEFINITIVA DA OS: ____/____/____

CONTRATADA

ANEXO VI
RELATÓRIO DE NÃO-CONFORMIDADE DA OS

OS nº

LOCAL DO SERVIÇO

DATA DE INÍCIO

DATA DE ENTREGA

DESCRIÇÃO DAS NÃO-CONFORMIDADES ENCONTRADAS DESCRITAS POR ITENS:

- 1 –
- 2 –
- 3 –

OBSERVAÇÕES:

PREVISÃO DE NOVA ENTREGA: ____ dias

CONTRATANTE: _____

CIENTE DA CONTRATADA: _____



Documento assinado eletronicamente por **RENATO DO NASCIMENTO BARRADAS, Chefe de Setor - Substituto(a)**, em 28/08/2020, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **15754417** e o código CRC **A0EED233**.

